

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Do Sr. Sérgio Vidigal)

Solicito a realização de audiência pública para discussão acerca dos cortes orçamentários previstos para os programas Farmácia Popular do Brasil e sua extensão, Aqui Tem Farmácia Popular, às Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública discussão acerca dos cortes orçamentários previstos para os programas Farmácia Popular do Brasil e sua extensão, Aqui Tem Farmácia Popular, às Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Para o debate, solicito sejam convidados:

- a) Representante do Ministério da Saúde
- b) Representante da Associação Médica Brasileira (AMB)
- c) Representante do Sindicato de Farmacêuticos;
- d) Representante da Associação brasileira dos aposentados e pensionistas

JUSTIFICAÇÃO

A proposta orçamentária para o ano de 2016 prevê um corte de R\$ 578 milhões no programa, o que vai ter impacto direto na oferta de remédios com desconto, que deixará de existir.

A sociedade brasileira recebeu estarecida a notícia sobre futuros e drásticos cortes orçamentários na área de saúde, já tão sangrada pela precariedade de serviços e insuficiência de recursos.

Os cortes anunciados pela imprensa para o Programa Farmácia Popular – e sua extensão, Aqui Tem Farmácia Popular – para as UPAs e para o SAMU prenunciam um cenário catastrófico para a saúde da população brasileira, em especial, a das pessoas mais pobres do nosso País.

Cumprindo nossa função constitucional de “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos o da administração indireta” (art.49,X,CF), esperamos obter as devidas informações do senhor Ministro da Saúde para podermos melhor defender os direitos constitucionais do cidadão brasileiro à saúde, à vida e à dignidade.

Precisamos saber se os cortes orçamentários serão aplicados linearmente a todos os medicamentos, em todas as unidades da federação, quais serviços e atividades serão reduzidos nas UPAs e no SAMU e, sobretudo, qual a estimativa de prejuízo para os usuários são hoje atendidos por cada programa/ação e quantos perderão, em parte ou no todo, o direito ao atendimento.

Sala das Sessões, em 1º de outubro de 2015.

Deputado SÉRGIO VIDIGAL
PDT/ES